

Algumas Dificuldades na Definição da Identidade Feminina

Reinhard Hesse

Sobre o autor

Professor Visitante do Departamento de Filosofia da UFSC pelo serviço de "Intercâmbio Acadêmico Alemão". É Doutor em Filosofia pela Universidade de Constança - Alemanha e Doutor em Politologia pela Universidade de Rostock - Alemanha.

A filósofa feminista da Basileia, Profa. Weisshaupt descreve o papel da mulher na sociedade tradicional como sendo o de uma espécie de "Sísifo sem 'pathos'": ela estaria fazendo continuamente o mesmo, o que se repete diariamente, o que não vai além de si mesmo, o sem-sentido. Em seu trabalho de Sísifo, a mulher não seria o herói, mas a vítima, daí sem 'pathos'. Devido à falta de possibilidades de distanciamento do seu cotidiano, não lhe seria acessível a atitude de reflexão, geradora de identidade. (Studia Philosophica, 40, Berna, Simpósio da Sociedade Filosófica Suíça, 1981).

A saída desta situação estaria numa "participação justa e democrática da 'condition féminine' na vida social total", através da qual "a 'condition humaine' poderia ser modificada a partir dos alicerces". Assim se criaria "o pressuposto indispensável para o alcance do objetivo da autodeterminação da mulher" (pg. 193 s.). Uma rotação homem-mulher no lugar de trabalho e a admissão da mulher "em todas as oportunidades da vida" seriam os meios apropriados para encaminhar um processo de conscientização, reflexão e reconhecimento femininos, que, finalmente, poderiam chegar à formação de uma identidade feminina não masculinamente domesticada (ibid.).

Eu gostaria de apresentar, aqui, algumas observações sobre essas opiniões da Profa. Weisshaupt, pretendendo mostrar em que direção dever-se-ia seguir para que as premissas conceituais fossem definidas com mais clareza e para que fossem questionadas. O ponto cardeal daquelas citações é, certamente, o conceito de identidade feminina. Ela implica no conceito da identidade humana em geral, da qual a feminina seria um caso especial. Suponho que ninguém há de refutar a afirmação de que o questionamento do que seria a identidade humana (embora até hoje respondido de diversas maneiras) ainda não alcançou consenso filosófico. Visto historicamente, isto vale também para as épocas que antecederam a específica crise moderna da identidade humana com sua própria consciência de alienação. Fica claro, quão mais difícil deve ser uma resposta conclusiva sobre a questão parcial a respeito da identidade feminina específica.

Apoiando-me na Profa. Weisshaupt, quero descrever algumas das dificuldades que se põem aqui. As palavras-chave, em torno das quais pretendo discutir, serão: "Historicidade", "Sentido" e "Trabalho".

I. Historicidade

A história, até o presente, foi feita por homens, segundo a opinião feminina. Evidentemente também a Profa. Weisshaupt compartilha deste parecer: as mulheres não teriam "história cultural" (pg. 184); a razão seria uma produção masculina, usada pelos homens como instrumento de domesticação das mulheres. Em seus pontos de discussão, a expositora deixa evidente que também o conceito europeu de amor e a própria linguagem teriam sido criados por homens e instrumentalizados segundo interesses masculinos. O conceito de amor e a estrutura da linguagem seriam "masculinos"; historicamente, as

mulheres não teriam colaborado nisto. A mulher é assim entendida apenas como objeto pelos homens que fizeram a história. Neste sentido ela é sem história.

A soma das ações empreendidas na vida de uma pessoa resulta em uma imagem de sua personalidade, possibilita sua identificação. Ao pleitear um emprego, a pessoa geralmente encaminha também um 'curriculum vitae'. Neste é descrito o que foi feito durante a sua vida e, por vezes, também como reagiu diante de fatalidades que lhe aconteceram. Permanecendo neste exemplo, hoje em dia as mulheres "se candidatam" a participarem democraticamente na vida comunitária, social, cultural e política. Se elas, como grupo, tivessem que enviar um curriculum vitae, este teria que permanecer em branco, de acordo com a Profa. Weissaupt.

A questão, então, seria: como é que as mulheres podem descobrir qual é a sua própria identidade, se toda a formação de sua personalidade foi determinada por homens? A própria Profa. Weissaupt renuncia à cômoda solução da "natureza feminina": também o que quer que seja a suposta "natureza" da mulher, ela seria historicamente definida por homens e inscrita em um código de papéis historicamente enraizado.

A Profa. Weissaupt não poderá se furtar à atração da segunda saída, comum nos debates sobre progresso e emancipação, que é a da esperança quanto às condições. As condições gerais, isto é, a 'condition humaine', diz ela, haverá de se modificar desde as bases a partir da integração da 'condition féminine'; e somente após isso será possível uma formação livre da identidade feminina, de maneira dialética. Parece-me que aqui os problemas seguintes permanecem sem resposta: não se sabe, primeiramente, quem define a 'condition féminine' e, por sinal, ahistórica e anatural, se isso fosse possível, como se daria a sua integração na sociedade. Para isso, em todo o caso, são necessárias pessoas adequadas. Mas de onde elas poderiam vir, se as condições não são apropriadas, para gerá-las e lhes dar a necessária chance de atuação? Com outras palavras, coloca-se a velha questão: deverão ser mudadas, primeiramente, as condições para que seja criado um novo tipo de pessoa ou não é a criação de um novo tipo de pessoa pré-requisito para a modificação das condições?

A dialética, à que a Profa. Weissaupt se refere aqui, acontece somente no diálogo interior da mulher. Isso não é suficiente porque as "condições" sociais, econômicas e políticas ainda permanecem fora de cogitação.

Para que se possa investir, aqui, alguma esperança em uma dialética do desenvolvimento, teria-se que pressupor: a) que as condições externas, objetivas não são tão ruins assim e b) que também a situação interior, subjetiva da mulher, isto é, sua capacidade de se apresentar como sujeito-agente, não está tão má. Em outras palavras: que, em todo o caso, para ambos os campos, historicamente já existem sinais e tentativas para a formação da identidade feminina. O nada gera nada; também não dialeticamente. Deve-se sempre pressupor a existência de alguma coisa para que ela possa gerar outras.

Recomenda-se abdicar do posicionamento simplista de que a história até o presente seja uma história meramente masculina, e aceitar uma interpretação da história mais amadurecida, mais contraditória, mais complexa. Sobre isso farei algumas observações no final, que segundo meu ponto de vista, abrirão mais chances para a realização da idéia da emancipação feminina do que o faz o posicionamento da Profa. Weisshaupt.

II. Sentido

A realidade do cotidiano feminino é, para a Profa. Weisshaupt, vazia de sentido porque se repete constantemente, de forma idêntica. O "sentido" existiria apenas na constante contribuição para o desenvolvimento histórico (em direção a um objetivo racional). Isto, diz ela, acontece apenas no trabalho do homem.

Esta compreensão do termo "sentido" provém da "filosofia da história" de Hegel. Ao "superar-se a si mesmo" corresponde quase verbalmente o "epidosis eis autó", que Droysen, discípulo de Hegel, sempre volta a tematizar em sua "Historik". Gostaria de fazer duas observações críticas com relação a isso. A interpretação hegeliana da realidade como racional e da história como um tornar-se real da razão é o sistema filosófico centrado na razão 'par excellence'. Aqui, a razão tradicionalmente masculina, segundo a Profa. Weisshaupt, é elevada do homem Hegel para o princípio histórico da teodicéia. Minha primeira pergunta é: não são restritas as chances de superar a razão masculina pela razão hegeliana masculina? Isto não significaria expulsar o demônio (se ele é um) com o Belzebú (se ele é um)? Como se poderia compatibilizar isso com o conceito segundo o qual a mulher deveria procurar a sua própria espécie de identidade possivelmente além de toda "razão masculina" tradicional? E como segunda observação, ou melhor, questão: O que pensar, finalmente, do ponto de vista do conteúdo, da metafísica hegeliana da história? Será que ainda podemos realmente crer que a história representa um andamento racional em direção a um objetivo racional? Não apenas a realidade política do século XX faz com que se duvide disso. Mesmo para os historiadores, adeptos de Hegel no século XIX, já era difícil manter esse otimismo. Uma das consequências de tais dificuldades foi a total autodissolução do sistema filosófico-histórico no historicismo relativista. Quem conhece mesmo o "objetivo da História", quem sabe se é racional, ou seja, portador de sentido e quem presente que suas próprias contribuições "permanentes" haverão de permanecer e contribuirão mesmo para o alcance do objetivo proposto? Essas dificuldades, já nem tanto filosófico-históricas, mas em suas consequências, certamente, mais éticas, são relegadas para segundo plano no conceito da Profa. Weisshaupt. Sua queixa, que as mulheres não poderiam colaborar na pintura dessa imagem histórica, me soa um tanto indiferenciada. Com isto, estou no terceiro aspecto:

III. Trabalho

Não é necessário ser marxista para perceber que, pelo menos desde a industrialização, "trabalhar" não é de maneira alguma sinônimo de "participação num contexto social sensato". Ao contrário: particularização, trabalho em série, falta de transparência, alienação, são alguns dos aspectos sob os quais é discutido o moderno conceito de trabalho. Segundo Marx, é justamente neste trabalho moderno que acontece a alienação: o produto do trabalho no qual o trabalhador poderia/deveria se realizar teria se reificado com a industrialização capitalista, e o trabalhador passaria a ser objeto, teria se alienado.

A repetição constante é uma característica da vida cotidiana da mulher no lar e na família, assim como o é no mundo de trabalho do homem. A vantagem do envolvimento do homem em contextos sociais maiores fica neutralizada pelo ressequecimento de competências comunicativas no mundo do trabalho cotidiano, via de regra já pré-programado e automatizado. Para a falta de envolvimento em contextos sociais maiores, a mulher tem a chance de contrapor uma certa resistência, através da criação e do exercício de estruturas comunicativas dentro de seu campo de ação mais restrito.

Se o sentido consiste apenas no "ultrapassar-se a si mesmo", na "epidosis eis auto" de Droysen, a mulher poderá achar aqui um espaço no qual, se ela quiser, poderá praticar isso. Não me parece tão evidente assim que o diálogo da mãe com uma criança que busca consolo seja menos "sensato", tenha menos "sentido" do que a montagem de um motor de automóvel na fábrica onde o marido trabalha. Isso sem levar em conta que, na realidade social atual, os campos de atividades do homem e da mulher se interligam cada vez mais. Além disso vale a pena indagar se a produção de automóveis tenha sentido mais duradouro do que a educação de cada nova geração. E mais: a crescente impossibilidade de se obter uma visão abrangente e um controle da realidade social das sociedades industriais modernas, cada vez mais complexas e diferenciadas, fazem com que a família - mesmo em decadência hoje em dia - pareça ser um resíduo, onde ainda existem chances de comunicação. A mulher, que tem sua sustentação nessa família, certamente está menos insegura do seu papel se comparada ao homem, o qual, embora queira bancar o patrão ou o mestre, como parece a tradição exigir, no fundo não pode, nem no campo da realidade social nem no campo privado, fazer mais do que simplesmente repetir as atitudes tradicionais já transformadas em meras posturas desprovidas de qualquer sentido substancial.

No mundo de trabalho do homem, no qual a Profa. Weisshaupt coloca algumas esperanças, acentua-se, enfim, a problematização do conceito de duração, de desdobramento sentato do indivíduo e de progresso. Quanto à existência de um "sentido" a ser resolvido filosoficamente, a pergunta que se coloca é, se é justamente no mundo industrializado moderno que se chegará até ele. Pode-se duvidar quanto à identidade emancipada da mulher acontecer como resultado de seu incorporamento no mundo do trabalho. Dai resulta sua igualdade com o

homem, mas, frente ao dado mundo de trabalho, isto, de modo algum, significa **emancipação**.

Chego à minha observação final: se a identidade da mulher não pode ser definida como ahistórica e anatural, como então? Minha resposta é: histórica e natural.

Quanto à "natural": como já foi observado anteriormente, isso deve ser entendido com todo cuidado, o que significa, acima de tudo: anti-naturalisticamente. Por "naturalisticamente" eu gostaria de designar todas as definições de aspectos de identidade feminina, que a) esquecem que o próprio conceito de natureza em si é um fato histórico e b) tiram conclusões sócio-culturais de fatos naturais. Por exemplo: que apenas a mulher possa ser mãe é um fato trivial natural. Conclusões naturalistas erradas seriam que toda mulher deveria ser mãe para poder se realizar, ou: que sua função como mãe acarrete necessariamente sua destinação como serva, produtora de prestações de serviços. Evitar a concepção naturalista não implica de modo algum, como se vê, na exclusão de descrições naturais. Isto é uma banalidade que, às vezes, parece ser esquecida. A mulher é um ser tão natural quanto o homem. As descrições naturais de identidade não podem ser completas e, certamente, não atingem o âmago da identidade: mesmo assim elas são uma contribuição legítima à definição da identidade.

Suas dificuldades propriamente ditas, com certeza, se encontram no campo histórico, isto quer dizer, no campo do curriculum vitae. Se as mulheres realmente não tivessem um currículo próprio, qualquer esforço seria, aqui, sem perspectivas. Historicidade é uma "conditio sine qua non" para o encontro da identidade. Se as mulheres procuram uma identidade própria e se elas não tivessem história, teriam que inventar uma; teriam que acreditar em uma história que considerassem sua. Minha tese é a de que elas - contrariando a Profa. Weisshaupt - estão na cômoda posição de não necessitarem de ficções. Quero explicar isso através de alguns exemplos.

É verdade que o mito judaico-cristão coloca o homem na forma de Deus-Pai, e de Adão, no início do mundo. Mas vale lembrar que há outras tradições que colocam, no começo, uma mãe-ancestral, a mãe-terra, ou uma deusa da fertilidade.

Aquém do mito, no campo da história, os antropólogos nos apontam para a constituição matriarcal de sociedades primitivas. O matriarcado como forma de vida existe ainda hoje em certas culturas não-européias. Matriarcado como domínio de mulheres seria, certamente, algo incompatível com as ambições emancipatórias das feministas, voltadas para a auto-determinação e não para a subordinação. Formas mistas, no sentido de participação recíproca na formação da vida social, estariam bem mais próximas daqueles objetivos emancipatórios.

Nossa concepção atual do amor, definido como porvençal-romântico, que se formou na alta Idade Média sob a influência de "côrtes amorosas" femininas, dá ao homem a parte ativa do cortejar amoroso; mas deixa com a mulher a livre decisão de acatar

ou recusar a côrte e, assim, - isso não pode ser subestimado -, ter em suas mãos a sorte do cortejador. A concessão ou recusa de seu amor dá à mulher uma posição de poder tão sutil quanto inabalável dentro do relacionamento dos sexos. Posições de poder masculinas não são suprimidas por isso, porém relativizadas.

Outro campo é o da educação. É essencialmente a mãe quem propicia à criança afeto, confiança, ajuda, amor, consideração, reconhecimento. Esses sentimentos assim experimentados e aprendidos da mãe formam a base de todo desenvolvimento posterior da personalidade da criança. É da mãe que vem a primeira instrução no sistema de normas e valores. É primordialmente com a mãe que a criança aprende o uso da linguagem, e através dela ingressa no mundo da razão. É verdade que as mães costumam educar seus filhos diferenciadamente quanto aos sexos. Mas isto não é tão fora de sentido: rapazes, com certeza, não serão mães mais tarde e, por isso, não precisam ser educados para tal. Também não me parece muito consistente o argumento de que a educação desigual seria um mero reflexo da realidade social, dominada pelo homem, que, destarte, seria, em última análise, quem determinaria a educação das crianças. Isso remete para a questão: a existência da galinha é pressuposição para a existência do ovo ou ao contrário? Do mesmo modo se pode questionar se é a educação dada pela mãe que cunha o homem ou se é o homem que cunha a qualidade de educação dada pela mãe. Não creio que esta espécie de questionamento leve a muito longe. Parece-me importante assegurar que ambas as coisas estão inseparavelmente ligadas e que, em todo caso, a mulher, como mãe, desempenha um papel importante.

Também o papel político e sócio-econômico que a mulher desempenhou no decorrer da história não pode deixar de ser mencionado. A mulher tinha direitos legítimos à herança como o homem. Ela podia levar seus bens para a união conjugal e, se houvesse divórcio, reavê-los novamente. Muitos Estados europeus admitiam a sucessão feminina ao trono. E nas relações exteriores dos Estados, a política de casamento era um instrumento legítimo da diplomacia. Aqui, os direitos das mulheres e dos homens sobre certos domínios e propriedades não se diferenciavam. Finalmente, vale lembrar que, entre as grandes figuras da história, há uma série de mulheres: desde Cleópatra, Elisabeth I da Inglaterra, Catarina a Grande, a Imperatriz Maria Thereza até Indira Gandhi em nossos dias.

Todas essas considerações deixam claro que as mulheres não são sem-história, como diz a Profa. Weisshaupt, e que, consequentemente, não devem considerar a procura da identidade como algo sem esperanças. Muito pelo contrário: elas podem basear-se no que já foi alcançado historicamente, dando-lhe continuidade ou transformando-o criticamente. Essa autocompreensão seria um elemento válido e importante para a discussão atual, na qual as mulheres lutam, com todo o direito, por maior emancipação.

IV. BIBLIOGRAFIA

Neiss Haupt, -----, Studia Philosophica. Simposio da Sociedade Filosófica Suíça. Berna, 1981.